

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Audição a 22 de fevereiro de 2023

Sinopse das respostas às questões levantadas

- A CCPJ criou um grupo de trabalho que reúne regularmente e que está a preparar um conjunto de propostas de alterações legislativas para os diferentes diplomas relacionados com a atividade jornalística, nomeadamente o Estatuto de Jornalista (Lei n.º 1/99 de 13 de janeiro), a Regulamentação de Estágio de Acesso à Profissão de Jornalista (Portaria n.º 318/99 de 12 de maio), o Regime de Organização e Funcionamento da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e da Acreditação Profissional do Jornalista (Decreto-Lei n.º 70/2008 de 15 de abril), Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99 de 13 de janeiro) e alguns aspetos da Lei da Televisão e dos serviços Audiovisuais a Pedido (Lei n.º 27/2007 de 30 de junho) e da Lei da Rádio (Lei n.º 54/2010 de 24 de dezembro).

- A CCPJ criou um Conselho Consultivo (constituído também por representantes da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Sindicato dos Jornalistas, Associação Portuguesa de Imprensa e Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social) onde se tem vindo a debater um conjunto de propostas para a alteração, sobretudo, da Lei de Imprensa, nomeadamente ao nível dos conceitos de órgão jornalístico e ato jornalístico e classificação das publicações.

- Os membros atuais da CCPJ deparam-se com uma prática antiga quanto à aplicação do Despacho sobre a atualização dos emolumentos dos títulos. Despacho que nunca foi atualizado pela tutela, tal como nunca foi publicada a Portaria que deveria definir o valor para o pagamento das senhas de presença em reunião ou sessões de trabalho dos membros da CCPJ. Reconhecem que no contexto atual de precariedade em que trabalham grande parte dos jornalistas, os valores a pagar, no caso da Carteira Profissional de Jornalista, cerca de três euros por mês, possam ser elevados. No entanto, o modelo de financiamento atual não comporta o aumento de despesas (pagamento a advogados, senhas de presença e deslocções dos membros, etc.) que se tem vindo a verificar, nem as necessidades prementes da CCPJ como a de contratar, pelo menos, mais dois colaboradores, aumentar os salários dos cinco funcionários que desde 2009 apenas receberam um aumento de 1% por duas vezes, renovar a base de dados e *site*, etc.

A CCPJ tem como principal financiamento as receitas provenientes dos emolumentos pagos e recebe atualmente um apoio anual do Estado no valor de 50 mil euros. Necessitaria, para fazer frente às necessidades e manter uma gestão equilibrada, de um valor anual na ordem de mais 80 a 100 mil euros.

- A CCPJ está disponível para avaliar outros modelos que possam contribuir para que os jornalistas paguem um valor mais adequado pelos seus títulos, nomeadamente a possibilidade de estes estarem indexados aos seus rendimentos.

- Foi, ainda, abordada a questão de os membros da CCPJ não terem assegurada a dispensa ao trabalho para estarem ao serviço da CCPJ.